

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO RIO DE JANEIRO

ANO I N° 7 12 a 18 DE MAIO DE 2003

Todo o poder aos jovens

Daniela Barcellos

O que um aluno da rede pública de ensino faria se pudesse ser deputado por uma semana? A Assembléia Legislativa quer saber esta resposta. No próximo dia 21, será assinado convênio com a Secretaria estadual de Educação para a criação do Projeto Parlamento Juvenil. Durante a primeira semana após o recesso parlamentar do mês de dezembro, 92 adolescentes, estudantes da rede estadual de ensino, atuarão como deputados, exercitando suas idéias, sugerindo projetos de lei e caminhando para a conquista plena de sua cidadania.

Será um parlamento nos mesmos moldes do convencional, com direito a escolha da Mesa Diretora, Regimento Interno, votações em plenário e até envio dos projetos de lei aprovados para a governadora Rosinha Garotinho. Cada um dos 92 municípios do estado enviará um representante ao Parlamento Juvenil. Eles serão escolhidos da mesma forma que os deputados estaduais: democraticamente, pelo voto direto.

CONTINUA NAS PÁGINAS 4 E 5



Estudantes de todos os municípios fluminenses vão fazer parte do Parlamento Juvenil

Chefe de gabinete da Mesa Diretora recebe título de Benemérito

PÁGINA 2

Comissão Permanente lança cartilha sobre a política de cotas

PÁGINA 7

Otávio Leite exige a conclusão do emissário da Barra

PÁGINA 8

PDBG na hora da verdade

Depois da CPI que apurou denúncias de corrupção na Secretaria de Fazenda, outra Comissão Parlamentar de Inquérito começa a mostrar resultados. O balanço preliminar da CPI que investiga o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara mostra que existem fortes indícios de má gestão dos recursos públicos. Para começar, os deputados descobriram que o Governo estadual gastará US\$ 300 milhões a mais do que o previsto no orçamento inicial do projeto. Além disso, por conta de atrasos no cronograma das obras, o estado já teve que pagar US\$ 7

milhões em multas e juros contratuais.

As deficiências do projeto foram vistas pessoalmente pelos membros da Comissão, que visitaram obras, estações de tratamento e reservatórios construídos ou reformados pelo projeto. O resultado da vistoria mostrou que o que não funciona, opera abaixo da capacidade prevista. Três usinas de lixo estão paradas, e o sistema de troncos coletores de esgoto não foi implantado na maioria das regiões atendidas pelo programa. Além disso, o estado gastou mais de R\$ 98 milhões sem licitação.

PÁGINA 3

PALAVRA DO EDITOR

As vozes de um grupo de estudantes vão ecoar no plenário da Assembléia Legislativa, em dezembro. Na condição de deputados-mirins, eles começam a decidir o futuro do Estado do Rio - ou melhor, o seu próprio futuro. Essa é a proposta do Parlamento Juvenil, que vai formar novas lideranças políticas nos municípios. Além do caráter educativo do projeto, ele será um instrumento de cidadania e vai proporcionar esclarecimentos sobre a finalidade e o funcionamento do Poder Legislativo.

Tal como deputados de verdade, os jovens parlamentares vão apresentar projetos de lei e discutir questões de interesse da população. Da mesma forma, serão escolhidos através de eleições livres. Eles terão de seguir um Regimento Interno criado para eles e registrar presença em plenário.

Exemplos como esse servem para aperfeiçoar a democracia e formar os cidadãos do futuro, conscientes de seu papel social. Em alguns anos, o Parlamento Juvenil terá contribuído para criar uma nova geração de prefeitos, vereadores, deputados etc. A experiência adquirida no Legislativo certamente será de grande valia para que ajudem a construir um país melhor, que não fique apenas nas promessas de campanha.

Gabriel Oliven

Diretor de Comunicação Social

EXPEDIENTE

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
dcs@alerj.rj.gov.br

Presidente: JORGE PICCIANI
1º Vice-presidente: Heloneida Studart
2º Vice-presidente: José Távora
3º Vice-presidente: Pedro Fernandes
4º Vice-presidente: Fábio Silva
1ª Secretária: Graça Matos
2ª Secretário: Léo Vivas
3º Secretário: Marco Figueiredo
4º Secretário: Nelson do Posto

Jornalista responsável: Gabriel Oliven (Mat. 14954/88)
Coordenadora: Sônia Moreira
Repórteres: Erika Junger e Fernanda Galvão
Estagiários: Fernanda Pizzotti, Fernanda Porto, Florence Jacq, Gabriel Mendes, Leandro Marins, Leonardo Hazan, Melissa Ornelas, Ramien Brum
Fotografia: Daniela Barcellos
Diagramação: Talitha Magalhães
Projeto gráfico: Nel Figueiredo
Coordenação Gráfica: Aranha
Montagem: Silvana Abreu e Carlos Renes
Impressão Digital: Gráfica Alerj
Tiragem: 2.000 exemplares

Reconhecimento por bons serviços à Alerj

CHEFE DE GABINETE DA MESA DIRETORA RECEBE TÍTULO DE BENEMÉRITO

Daniela Barcellos



Jocelino Alves Cabral recebeu o título de Benemérito do Estado do Rio de Janeiro

MELISSA ORNELAS

Ele trabalha há 19 anos na Alerj e hoje é chefe de gabinete da Secretaria Geral da Mesa Diretora. Jocelino Alves Cabral, formado em Direito, recebeu na semana passada o título de Benemérito do Estado do Rio de Janeiro e Moção de Congratulação pela dedicação ao trabalho que vem desenvolvendo. A iniciativa foi da deputada Waldeth Brasiel (PL): “Fiquei muito sensibilizado com a homenagem da deputada. Foi a coroação do trabalho que a equipe da secretaria da mesa vem fazendo desde 1995, com um sistema de informática avançado, a fim de agilizar os trabalhos da Casa”, diz ele.

Jocelino facilitou o acesso às informações sobre leis que estão disponíveis no site da Alerj,

experiência adquirida no Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo, do qual Jocelino participa há oito anos.

Hoje, a Secretaria da Mesa Diretora reúne as leis estaduais desde 1975 em seu banco de dados. Outro passo importante foi a consolidação das leis, ou seja, se uma lei altera outra anterior, a secretaria é responsável pela atualização imediata. “Nosso trabalho facilita a vida dos deputados e dos cidadãos, que pagam os impostos e querem ter a comodidade de poder ter informações em casa”, diz ele.

Mesmo quando não está em serviço, Jocelino tem a mente voltada para o trabalho: “Estou sempre pensando em melhorar. A velocidade das informações nos obriga a aperfeiçoar nossa forma de trabalho”, justifica.

AGENDA CULTURAL

■ No dia 18/5, às 17h, o projeto **Libertas Quae Sera Tamen** traz a peça “Bárbara do Crato”, da deputada Heloneida Studart, sobre a nordestina que lutou pela Independência do Brasil. A entrada é franca. Mais de 1.200 pessoas já conferiram o espetáculo.

■ A exposição **Palácio Tiradentes – Lugar de memória do Parlamento Brasileiro** recebe visitas de alunos do ensino médio e fundamental. Ao todo, 7.628 pessoas já conferiram o passeio. Visitas agendadas pelo telefone 2588-1521.

Um mergulho em águas turvas

APÓS 50 DIAS DE FUNCIONAMENTO, CPI MOSTRA AS FALHAS DO PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE GUANABARA

GABRIEL MENDES E RAMIEN BRUM

Encerrada a CPI da Corrupção na Secretaria de Fazenda, as atenções na Alerj agora estão voltadas para outra Comissão Parlamentar de Inquérito. Os deputados que investigam denúncias de irregularidades no Programa de Despoluição da Baía de Guanabara já encontraram fortes indícios de má gestão de recursos públicos. Segundo os parlamentares que integram a CPI, o Estado aprovou US\$ 1,1 bilhão em investimentos no PDBG, embora o orçamento inicial tenha sido de US\$ 793 milhões. Contudo, as cifras bilionárias não foram suficientes para implementar efetivamente o programa - e o governo já pagou multas de US\$ 7 milhões por não executar as obras no prazo previsto.

Os membros da comissão viram de perto as deficiências do projeto. Eles vistoriaram estações de tratamento de esgoto e reservatórios de água construídos ou reformados pelo PDBG. “Todas as oito estações operam abaixo da capacidade prevista e nenhum dos dez reservatórios está funcionando”, alerta o presidente da comissão, Alessandro Calazans (PV).

A CPI já ouviu cinco ex-diretores da Adeg (Assessoria de Desenvolvimento e Gestão do PDBG) e marcou para esta semana os depoimentos de representantes das empresas que participaram das obras. Calazans lembra que, em muitos casos, houve dispensa de licitações. “Para as obras da segunda etapa da estação de Alegria, não houve licitação. Foi uma dispensa de R\$ 98 milhões. Acho estranho



Deputados da CPI foram à Baixada vistoriar o reservatório de água de Éden, que está vazio

que para outras obras haja licitação e para esta, não” comenta. Embora ainda não haja provas de desvio de recursos, é consenso entre os deputados que houve má administração do programa. Para dar maior transparência ao PDBG, a

CPI sugeriu a criação de uma auditoria externa. Os deputados também vão acompanhar a execução das obras. “Queremos que a população possa novamente se banhar nas praias da Baía de Guanabara”, conclui Calazans.

As principais descobertas da CPI

■ **GASTOS** – O Governo estadual gastará US\$ 300 milhões a mais do que o previsto no orçamento do PDBG.

■ **MULTA** – O Estado já pagou o equivalente a US\$ 7 milhões em multas e juros contratuais pela não execução do programa no prazo determinado.

■ **ESTAÇÕES** – Todas as oito estações de tratamento funcionam abaixo da capacidade prevista.

■ **RESERVATÓRIOS** – Nenhum dos dez reservatórios de água funciona adequadamente.

■ **USINAS DE LIXO** – As três usinas de lixo construídas pelo programa estão paradas.

■ **TRONCO COLETOR** – O sistema de troncos coletores não foi implantado na maioria das regiões abrangidas pelo projeto.

■ **ADIAMENTO** – O governo já adiou o programa de despoluição quatro vezes, por não conseguir cumprir o prazo de entrega das obras.

■ **GERENCIAMENTO** – Em algumas Estações de Tratamento, gastou-se mais com gerenciamento e fiscalização do que com a própria obra.

■ **LICITAÇÕES** – Houve dispensa de licitações de até R\$ 98 milhões.

Assembléia forma os líderes

PARLAMENTO JUVENIL SERÁ INSTALADO NO FIM DO ANO E VAI TRANSFORMAR ALUNO

CONTINUAÇÃO DA 1ª PÁGINA

Preparar novas lideranças para o futuro é o tom do projeto Parlamento Juvenil, que foi criado a partir de uma resolução do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Jorge Picciani (PMDB) de 1998. Segundo o subsecretário estadual de Educação, Pedro Carvalho, o projeto deve incentivar, no jovem, o espírito participativo. “Queremos criar lideranças políticas, estimular o sentido de representatividade. Que estas coisas, hoje tão distantes do aluno, sejam retomadas. É importante que estes jovens tenham vontade de participar, representar, ter sua voz ouvida”, aponta Carvalho, que também acredita

que o projeto servirá para revitalizar os Grêmios Estudantis nas escolas. Carvalho esteve na Alerj no último dia 5, acompanhado do coordenador de Projetos Especiais da Casa, Arlindenor Pedro de Souza, para explicar o projeto aos líderes partidários.

Arlindenor diz que os deputados juvenis serão eleitos entre os alunos regularmente matriculados nas escolas da rede estadual de ensino, em cada um dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, para ser um dos deputados juvenis. As únicas unidades de fora do processo são os supletivos e as escolas técnicas profissionalizantes, que deverão ser incluídas nos processos seguintes.

Para concorrer a uma das vagas,

o estudante deve estar cursando o Ensino Médio ou Fundamental e ter até 18 anos incompletos. Os candidatos serão eleitos pelos próprios alunos da rede. Segundo Arlindenor, a idéia nasceu da experiência de alguns parlamentos juvenis em todo o mundo, principalmente na Europa. “O objetivo é mostrar ao adolescente como funciona o Parlamento fluminense, e despertá-lo para a cidadania, especialmente naqueles que já têm 16 anos e podem votar”, defende.



Picciani: projeto incentiva

Conquista plena da cidadania

Idealizador do projeto, o deputado Jorge Picciani (PMDB) acredita que a cidadania é a palavra-chave do projeto Parlamento Juvenil. “É necessário que os deputados se esforcem em determinar como nosso povo poderá conquistar plenamente sua cidadania. Não basta uma Constituição que garanta direitos políticos se o brasileiro não pode exercer seus direitos”, aponta o parlamentar.

Segundo ele, os jovens precisam conhecer como funcionam os Poderes que regem o País. “Nada melhor do que exercitar a política para conhecê-la”, aponta. A secretária de Educação Darcília Leite, outra entusiasta do projeto, assina embaixo. “O Parlamento Juvenil representa a oportunidade de nossos jovens vivenciarem e compreenderem não só o processo legislativo, mas também a importância do trabalho dos parlamentares na construção de uma sociedade mais justa”. A OAB-RJ, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e o Conselho estadual da Criança e do Adolescente também participam do projeto, na Comissão Eleitoral Estadual que regulamentará o processo.



Alunos da rede estadual de ensino poderão ser deputados por uma semana, através do projeto

eres políticos do amanhã

S DA REDE PÚBLICA EM DEPUTADOS MIRINS, COM SESSÕES NO PLENÁRIO DA ALERJ



a cidadania entre os jovens

A eleição para a escolha de cada representante será dividida em duas etapas. Na primeira, cada escola escolherá um representante. Uma comissão eleitoral local, formada por um professor, um aluno e um representante

da comunidade irá divulgar um edital de abertura para a inscrição dos candidatos, que deverá acontecer nos dias 5, 6, 9 e 10 junho.

Os alunos inscritos poderão fazer uma verdadeira campanha eleitoral junto a seus

colegas, nas escolas. A eleição desta primeira fase será no dia 29 de agosto. Após a apuração dos votos, os candidatos passarão por uma nova eleição, desta vez entre as escolas do município, no dia 22 de setembro, quando será escolhido cada um dos deputados juvenis. O resultado será conhecido no dia 26 de setembro.

Uma vez eleitos os deputados juvenis, a Alerj vai providenciar, nos meses de outubro e novembro, um treinamento específico sobre as atribuições e competências de um deputado estadual. Segundo Arlindenor, a Secretaria da Mesa Diretora da Casa está preparando um regimento próprio para os alunos, que seguirá os preceitos do Regimento Interno da Alerj, só que sintetizado.

Fotos Daniela Barcellos



Parlamento Juvenil. O primeiro turno das eleições nas escolas será no final do mês de agosto

Em dezembro, na primeira semana do recesso parlamentar, os jovens deputados irão pôr em prática o que aprenderam.

A idéia é fazer com que cada um já chegue à Casa com pelo menos um projeto de lei já elaborado e pronto para a votação. A Mesa Diretora deve ser escolhida por sorteio, mas os próprios parlamentares-alunos escolherão e montarão as Comissões, para a análise dos projetos que irão a plenário. “Nesses projetos, eles poderão levantar questões e necessidades ligadas a seus municípios”, acredita Arlindenor. Todo o custeio para o projeto, como transporte, estadia e alimentação para os estudantes e respectivos responsáveis legais ficará a cargo da Assembléia.

VOZES DO FUTURO

■ “Se eu fosse eleita para o Parlamento Juvenil, dividiria com meus colegas o que eu aprendesse aqui. Vou votar na próxima eleição, e não sei direito nem como funciona o sistema eleitoral, nem conheço os políticos. Acho que meu voto será mais justo e responsável se eu conhecer melhor o Legislativo”. **Rafaela Ribeiro, 16 anos, estudante do 1º ano do Ensino Médio.**

■ “A idéia possibilitará que as vozes dos jovens sejam ouvidas. Muitas vezes temos boas idéias, só que ninguém sabe disso. Se eu fosse eleito, faria leis para defender os estudantes e garantir a qualidade do ensino, principalmente para os menos favorecidos”. **Fábio José da Câmara Silva, 17 anos, aluno do 1º ano do Ensino Médio.**

■ “Eu defenderia leis mais duras para os criminosos. Quem sabe um deputado de verdade nos ouça, e leva um de nossos projetos para ser sancionado pela governadora Rosinha Garotinho?”. **Cíntia dos Santos Lemos, 17 anos, também aluna do 1º ano do Ensino Médio.**

EM DEBATE: REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A FAVOR: AURÉLIO MARQUES

DEPUTADO ESTADUAL PELO PL

Mudanças urgentes

O sistema previdenciário brasileiro necessita urgentemente de reformas e os pontos principais, em minha opinião, comungam com a idéia de especialistas sobre a matéria. Ou seja, há que se destacar o aumento do limite de aposentadoria para R\$ 2.400, que será bom para quem contribui, posto que a proteção do sistema cresce, e também para a Previdência porque aumenta a arrecadação.



Destaco ainda a fixação do teto para aposentadorias do setor público, que passa a ter como paradigma o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Ressalto por último a possibilidade de combinação do tempo de serviço em empresas privadas e no setor público com a aposentadoria proporcional que permite que os servidores se aposentem antes do previsto, desde que admitam perder 5% por cada ano que deixarem de trabalhar.

Outro ponto de suma importância é que a proposta permite que a União, estados e municípios criem fundos de pensão para complementar a aposentadoria de seus servidores. Eu também sou favorável à manutenção dos direitos adquiridos, desde que respeitados os ditames e princípios constitucionais, principalmente o da razoabilidade e da transparência com os gastos do dinheiro público.

“Eu sou favorável à manutenção do direito adquirido, respeitando princípios constitucionais”

A população brasileira em geral, e principalmente aquela que contribui para a Previdência

Social, preocupa-se em que haja um maior controle da União sobre o sistema.

É preciso que esse sistema seja eficiente e de resultados objetivos, evitando-se as fraudes e os populares rombos na Previdência. Ela deve se tornar uma instituição forte e com recursos suficientes e definitivos para honrar seus compromissos de pagar em dia aos aposentados e pensionistas, principalmente aqueles que não têm condições e recursos extras para pagar uma previdência privada. Esta, aliás, é uma boa alternativa para aqueles que pretendem obter uma vida mais tranquila quando estiverem aposentados

CONTRA: ACARISI RIBEIRO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PRONA

Punição ao servidor

Fotos Daniela Barcellos

Vivemos um momento político, em Brasília, que fixa a idéia do simulacro, no qual o partido da “esperança nacional” chega ao poder mostrando falaciosamente amplitude dos programas de atenção social aos excluídos. Porém, alguns de seus líderes expressam que aprenderam com os “antecessores” que para mudar o país é necessário aplicar reformas que não atendam os trabalhadores e, quem se opuser, inclusive petistas, pagará caro.



Infelizmente, em nosso país, reforma mais tem sentido de desforra, e os menos favorecidos pagam pelos erros cometidos por péssimas administrações a nós submetidas.

Um exemplo é a displicência com os servidores públicos inativos, que sempre contribuíram para o bem comum da Nação. Para conquistar uma estabilidade no final de suas vidas, são agora punidos, com a Reforma da Previdência, com descontos sobre seus proventos (sem aumentos por ao menos oito anos), pagando pelas incompetências administrativas que permitam desvio de verba e outros crimes que favoreceram o desfalque atual do Governo federal. E, todos os demais trabalhadores sofrerão com o aumento de sete anos para conquistar a tão sonhada aposentadoria.

“Em nosso país, reforma tem sentido de desforra, e os menos favorecidos pagam pelos erros”

O populismo instaurado no Governo federal também não honra os professores (sustentáculos da

cultura de nosso país), quando afirma que seu mais nobre e necessário benefício, a aposentadoria especial, será cortado, empobrecendo estes honrosos docentes.

Mas as falácias não se encerram em tão poucas contradições entre o discurso antes do poder e o atual. Quem jamais imaginaria a afirmação de que devemos investir nosso dinheiro em bancos para almejarmos uma complementação da aposentadoria? De um modo geral, esta mentira tornar-se-á verídica e lamentável a todos aqueles que agora vêem suas esperanças vencidas pelo modelo econômico imposto pelo Governo.

Cartilha explica o sistema de cotas

COMISSÃO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DA ALERJ DÁ ORIENTAÇÕES SOBRE OS DIREITOS LEGAIS DE MINORIAS

Daniela Barcellos

FLORENCE JACO

A Comissão de Combate à Discriminação, presidida pela deputada Jurema Batista (PT), lançará no dia 19 de maio uma cartilha sobre a Política de Cotas. O objetivo é orientar a sociedade sobre os direitos das minorias face à nova legislação estadual. Para a deputada, o debate sobre discriminação no Brasil é sempre feito de forma camuflada, e por isso, é de responsabilidade da Comissão esclarecer o que são e para que servem as chamadas Ações Afirmativas. “Estas ações buscam, através de políticas públicas ou privadas, criar mecanismos que neutralizem os efeitos de qualquer tipo de discriminação, seja ela racial, de gênero ou sócio-econômica”, explica Jurema. A cartilha será composta por leis e decretos do Executivo referentes ao assunto, entre eles a lei que institui cota de 40% das vagas da Uerj e da Uenf (Universidade do Norte Fluminense) para negros e pardos.

Com o apoio da União Brasileira dos Estudantes (Ubes), além da parceria com o Centro de Articulações de Populações Marginalizadas (Ceap) e da ONG Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), o lançamento será na segunda-feira, às 18h30, no Auditório Nelson Carneiro (6º andar – prédio anexo) e contará com a presença de Ivanir dos Santos, secretário executivo do Ceap, e do Frei David.



Alunos do Ensino Médio aprovam o lançamento da cartilha, que conta com o apoio da Ubes

A Comissão também acompanha duas ações judiciais movidas pelo deputado Flávio Bolsonaro (PP), que alegam a inconstitucionalidade das leis de cotas, tanto para negros e pardos quanto para os alunos da rede pública de ensino. Em março deste ano, o desembargador Murta Ribeiro, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, concedeu uma liminar favorável a ação, suspendendo temporariamente a lei.

Para o estudante Élbio Ribeiro, que ingressou na Uerj através do sistema de cotas, suspender a reserva de vagas é dar as costas para milhões de estudantes que, como ele, viram na nova legislação a única chance de entrar na universidade. “A deficiência da escola pública me deixou em posição de desvantagem na competição desleal que é o vestibular”, enfatiza.

PELAS COMISSÕES

Meio Ambiente discute lixo urbano

A Comissão de Meio Ambiente realiza Ciclo de Debates sobre o destino final de resíduos sólidos, dia 16 de maio, às 16h, no Auditório Nelson Carneiro, no Palácio 23 de Julho. Será apresentado o dossiê **O Rio se lixa pro seu lixo**. Confirmaram presença os prefeitos de São João de Meriti, Antônio de Carvalho, e de Magé, Narriman Zito, além do diretor técnico da Comlurb, José Henrique Penido.

Reforma da Previdência é tema de audiência

A Comissão de Servidores vai realizar audiência pública no dia 16, às 15 horas, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, para discutir a reforma da Previdência. Foram convidados o ministro da pasta, Ricardo Berzoini, a secretária estadual de Administração Vanice Lirio do Vale e o secretário estadual de Trabalho, Marco Antônio Lucidi, além de entidades representativas dos servidores estaduais e federais.

Central recebe mais de 600 ligações até abril

A Comissão de Defesa do Consumidor já recebeu mais de 600 ligações, entre março e abril, através da central telefônica 0800 2827060. Das 237 ligações recebidas durante o mês de março, 175 foram solucionadas e outras 62 estão em andamento. Já em abril foram registrados mais de 400 atendimentos. Lideram o ranking de reclamações a Telemar, a Light, a Cerj e a Cedae.

ENTREVISTA / OTÁVIO LEITE

LÍDER DO PSDB NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

O 'clínico geral' do Parlamento

AFILHADO DE JK, O DEPUTADO QUER INVESTIGAR AS OBRAS DE SANEAMENTO DA BARRA

FERNANDA GALVÃO

O tucano Otávio Leite tem a política correndo nas veias e concedida por sacramento: além de seu pai ter sido deputado e seu avô, senador; seu padrinho de batismo era ninguém menos que o presidente Juscelino Kubitschek. Na Câmara dos Vereadores do Rio, ele fez por merecer a herança. Em seus três mandatos, deu origem a 70 leis municipais. Alçando vãos maiores, foi eleito pela primeira vez deputado estadual e, já na estréia, tornou-se presidente de uma comissão especial para investigar as obras de saneamento da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio. Líder da bancada do PSDB, advogado e professor licenciado da Universidade Cândido Mendes, Otávio classifica-se como "clínico geral" do Legislativo, por atuar em diversas frentes na Casa. Mas nem tudo é política. Ainda resta tempo, em seu dia, de acompanhar o desenvolvimento escolar dos filhos Fernando, de 10 anos, e Otávio, de 7. Já nos finais de semana o programa certo é ir ao cinema, acompanhado da mulher, Ângela, com quem está casado há 11 anos.

O que o levou a pedir a Comissão Especial para acompanhar as obras de saneamento da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio?

O emissário da Barra é uma reivindicação de décadas, mas que está sofrendo com paralisações provocadas por ausência recursos durante o ano de 2002. Nosso objetivo é interferir positivamente, ajudando a recuperar esse tempo perdido. Para isso, estamos levantando dados, visitando canteiros de obras, ouvindo a sociedade organizada e vasculhando fontes de recursos para que sejam garantidas as verbas de que a obra precisa.

O que a comissão deve propor?

Faltam R\$ 70 milhões para terminar a primeira fase da obra, e R\$ 190 milhões para a segunda fase, segundo dados da Cedae. O primeiro caminho para viabilizar estes recursos são fontes do próprio Governo, do Tesouro e do Fecam. Apuramos junto à ANP e verificamos que o estado já arrecadou, em royalties do petróleo, R\$ 744 milhões. Deste total, 20% obrigatoriamente vão para o Fecam, ou seja, pelo menos R\$ 150 milhões, que deveriam estar disponíveis para obras de meio ambiente, por ser verba carimbada. Um outro viés para a conclusão da obra seria uma parceria com a Prefeitura do Rio, através de uma engenharia financeira simples – o município entraria com os R\$ 260 milhões que faltam, ou parte deste total, em operação securitizada pelas próprias receitas das contas de água e esgoto dos 700 mil habitantes daquela região. Inclusive, a Câmara dos Vereadores já autorizou, para o orçamento da cidade de 2003, que a Prefeitura gaste em uma obra que não é dela, sem ser a fundo perdido.

Hoje, além da Comissão Permanente de Meio Ambiente, a Alerj

ainda está com duas comissões especiais voltadas exatamente para esta questão: fiscalizar obras ambientais. É coincidência?

Acho que não, é uma tendência. Acredito até que a Casa deve ir mais adiante; afinal a galopante degradação dos recursos ambientais levará as próximas gerações a uma vida de sacrifícios profundos. O problema da poluição

das fontes de água doce potáveis é gravíssimo, e a solução está em atitudes que precisam ser tomadas hoje.

O senhor está em seu primeiro mandato estadual, mas já foi três vezes vereador. Na sua opinião, qual o desafio para os deputados que entram agora na Assembléia?

É preciso uma nova forma de fazer política. O interesse público tem de presidir nossas decisões. Não interessa o autor da matéria, o que importa, e deve motivar as votações, é saber se a medida trará benefícios ao estado. É preciso sepultar a postura contrária de antemão, a oposição pela oposição.



Daniela Barcellos